



A Figura do Negro no Livro Didático do Ensino Fundamental¹

Zoraide Silva dos SANTOS²

Faculdade Interamericana de Ciências Sociais FICS, Paraguai, PY

Resumo

Esta pesquisa teve como objetivo investigar a figura dos negros nos livros didáticos de modo a reconhecer a diversidade cultural bem como valorizar a importância do negro e suas raízes históricas, culturais e percebendo suas memórias. Propõe-se discutir sobre o negro como agente ativo; registrar abordagens sobre o livro didático e as relações étnico-raciais; especificar representações e significados da figura do negro no material didático e a diversidade étnico-racial brasileira; discutir sobre o papel da escola na desconstrução do preconceito; refletir sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o ensino sobre história da África e *cultura afro-brasileira* e africana; e reconhecer o papel da escola na desconstrução do preconceito. A existência de estereótipos e de figuras de discriminação pode ser naturalmente averiguada no âmbito escolar por meio de referências alteradas por figuras e desenhos discriminatórios da figura de negro impregnada aos discentes através do livro didático. Embora existam mudanças significativas ainda pode-se perceber que o negro ainda é símbolo de frustrações, inferioridade e violência. As ilustrações existentes nos livros didáticos persistem em divulgar o negro numa qualidade negativa, fortalecendo ainda mais a tendência racista. Conclui-se que os livros didáticos devem considerar a presença do povo negro na construção da população brasileira além de ressaltar as suas lutas mais presentes, a fim de minimizar os preconceitos empregados aos negros.

Palavras-Chave: Negro; Livro Didático; Discriminação.

Esta pesquisa teve como objetivo discutir sobre a educação e o negro como agente ativo, pois apesar dos esforços empreendidos pelos Estados-membros, milhões de seres humanos seguem sendo vítimas do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e de várias formas de intolerância (MURANAKA e MINTO 1998). Os objetivos específicos foram apresentar um breve histórico da vinda dos negros ao Brasil; refletir sobre a discriminação e inferiorização do negro; discutir a importância da divulgação da cultura negra além do dia 20 de novembro; refletir sobre a lei 10.639/2003, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o ensino sobre História da África e *Cultura Afro-Brasileira* e Africana.

A história da população negra brasileira precisa ser resgatada, debatida e recontada novamente, pois a história que aprendemos é carregada de discriminação

¹ Trabalho apresentado no GT 07 – ÁFRICA: Um continente em constantes transformações e seus reflexos na sociedade do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Mestra em Ciências da Educação pela Faculdade Interamericana de Ciências Sociais FICS, e-mail: zoraidesantos@hotmail.com



e preconceitos. Atualmente após a Lei 10.639/2003 ainda não se tem muitos gestos decisivos no âmbito dos governos que evidenciem decisão política de que ela será respeitada à altura do resgate que os negros merecem e exigem. Percebe-se a importância do povo negro como sujeito ativo na contribuição da formação da sociedade e da riqueza cultural na conglobação do capital e as suas brigas, revoltas, quilombos e suas batalhas mais modernas e interromper a concepção racista divulgada através de textos e figuras preconceituosas.

Alega-se que não há não profissionais preparados em número suficiente para dar conta do recado - o que explicita o óbvio: a história de lutas de africanos e afrodescendentes, assim como a cultura negra não são vistas como suficientemente importantes pelo aparelho formador de professores e nem pelo professorado durante séculos, situação que desnuda racismo e indica que urge ampla mobilização e monitoramento para que ela pegue.

O ensino da história e cultura afro-brasileira e africana no Brasil sempre foi lembrado nas aulas de História com o tema da escravidão negra africana. O escravo é uma condição inerente aos seres humanos além de trazer a ideia de que ser escravo. Quando se refere na sala de aula, ao escravo africano, acontecem equívocos, pois ninguém é escravo – as pessoas foram e são escravizadas (MATTOS, 2013). Os docentes devem apresentar a cultura afro-brasileira como formadora da sociedade, onde os negros são partes da história, dando o devido valor aos intelectuais negros brasileiros, a cultura, a música, a culinária as matrizes africanas.

A África é demonstrada como uma região folclorizada, exótica; os africanos aparecem como sujeitos passivos, sem qualquer capacidade intelectual, restrito apenas ao trabalho braçal que, segundo os portugueses da era colonizadora envilecia o homem. Embora a lei 10.639/03 já tenha entrado em vigor ainda é muito difícil ver o tema ser tratado com a seriedade exigida pela lei.

Breve Histórico da Vinda dos Negros ao Brasil

Os três primeiros cem anos de construção do Brasil fez uso do trabalho escravo, em 1538 desembarcaram no País os primeiros africanos. Estes negros eram valorizados como mercadorias e foram trazidos nos porões dos navios que



foram chamados de navios negreiros. Os negociadores que organizavam o tráfico dos negros eram investidores, administradores que lucravam com a venda dos escravos. O país que saía ganhando arrecadando os impostos era Portugal, sendo assim o principal manipulador do tráfico de negros, em 1649 passou a ser fiscalizado através de Companhias as quais mantinham sob domínio da Coroa o destino dos negros. Pode-se afirmar que:

A história dos navios negreiros é das mais comoventes. Homens, mulheres e crianças eram transportados amontoados em compartimentos minúsculos dos navios, escuros e sem nenhum cuidado com a higiene. Conviviam no mesmo local, a fome, a sede, as doenças, a sujeira, os agonizantes e os mortos (REDIKER, 2011, p. 48).

Nas travessias da África até Portugal os negros viajavam acorrentados, onde ficavam com frio e fome e acabavam fazendo suas necessidades fisiológicas, com isso os negros ficavam expostos a doenças que podiam levá-los a morte. Alguns ao desembarcar no país estavam ao limite da exaustão física e mental, após viagens de até dois meses de duração, sem contar o trauma de serem arrancados de seus parentes e amigos, de serem levados ao extremo do físico até chegarem aos portos de partida a países desconhecidos presos aos navios negreiros. No século o século XVIII o comércio de escravos entra em conflito, pois “o tráfico ganhou força, porém no ano 1831 a proibição dos navios negreiros no Brasil, fez com que o contrabando dos navios aumentasse que só chegou ao fim em 1855” (MATTOSO, 1982, p. 92).

Em maio de 1891, foram retirados na história por ordem do Ministério Público, onde dados importantes que se referiam as vidas dos negros em nosso país foram retirados oficialmente da nossa história. Os negros tinham uma rica expressão cultural que a escravidão não foi suficiente para eliminar como a música, dança língua, religião entre outras. E vale destacar a abordagem:

Dos negros trazidos para o Brasil e feitos escravos, restou sua cultura que orgulha não somente as pessoas que são definidas como descendentes afro-brasileiros, mas a todos os que vivem neste país. São tradições, costumes, fatos e mais uma infinidade de coisas que se transmitem de forma duradoura por várias gerações (SOUZA, 2008, p. 17).

O povo brasileiro tem em sua cultura uma forte composição africana, exótica e diferente, essa contribuição se deu pela concentração de alguns povos africanos em locais que fácil comunicação, principalmente na região de Salvador e Recife. Os negros eram submetidos a castigos e constante humilhação moral e física, o qual os deixava infelizes pela falta de perspectiva do futuro, essa condição levava os negros



a não terem saída que não fosse à morte ou a fuga ou até mesmo o suicídio. É possível afirmar que:

A utilização do trabalho escravo na América esteve tradicionalmente associada com a agricultura comercial para exportação, principalmente açúcar, tabaco, algodão e café. Entretanto, não houve regime escravista no qual os escravos foram utilizados exclusivamente naqueles cultivos; mesmo nas áreas mais orientadas para a exportação, houve produção para consumo próprio cujos excedentes eram vendidos usualmente no mercado local (LUNA e KLEIN, 2010, p. 2).

Os escravos trabalhavam duros, enriquecendo cada dia mais os senhores e o País e eram tratados como instrumentos de trabalho nas plantações de cana do século XVII, os brancos não achavam necessários os negros estudarem, pois eles só precisavam executar as tarefas, pois os brancos tinham a consciência de que se os negros tivessem a ideia que estavam em maior quantidade poderia rebelar-se contra os seus senhores. Os senhores de engenho eram considerados em mais alta posição na sociedade pela quantidade de escravos que dominavam.

Os negros resistiam à escravidão através de fugas, suicídios, abortos. Da resistência nascem os quilombos, desenvolvendo comunidades organizadas, com mais de 20 mil pessoas o quilombo dos Palmares sem dúvida foi o mais famoso por ter resistido há quase 100 anos. Zumbi foi um maior representante da resistência negra no País, morreu em novembro de 1696 assassinado e tornando-se o maior símbolo contra a escravidão no Brasil (PINSKY, 1993).

A abolição da escravatura foi festejada pelo território nacional, mesmo sendo o Brasil o último país a fazê-lo, porém não representava a tão liberdade almejada pelos negros, pois foram abandonados à sorte, sem esperança e sem apoio, os mesmos não haviam sido preparados para a tão sonhada liberdade, não tinham oportunidade social e econômica no País, acabavam se aglutinando em grupos, comunidades, terreiros e quilombos, em busca das sobrevivências e recuperação da sua própria identidade.

A Discriminação e Inferiorização do Negro

O processo de imigração, que se iniciou antes da abolição e tornou-se intenso depois dela, tinha como objetivo impedir a entrada do negro no mercado de trabalho, consequentemente impedindo a sua estabilidade civil, econômica e a sua condição de cidadão. Aos senhores alegavam incompetência dos negros para exercer



determinadas funções que tinham maior valor social, limitando essas funções para serem executadas pelos emigrantes brancos, a fim de que eles pudessem miscigenar o País. Ao abordar sobre a discriminação dos negros ressalta-se que:

O povo negro era degenerado devido a influências desfavoráveis externas, sendo necessários séculos de desenvolvimento para superar a degeneração resultante. A conversão dos negros ao cristianismo não faria com que as características morais (que são transmitidas geneticamente) mudem, pois, o negro convertido rebaixa invariável e necessariamente a nova religião ao nível de sua própria cultura mental (RODRIGUES, 1935, p. 394).

O negro teve progressos pelo seu convívio com as raças dito superiores, embora continue sendo culturalmente inferior. O processo de miscigenação fracassou, pois, a união de mestiços de pele clara com negros resulta em descendentes mais claros. Essa mistura trouxe para muitos mestiços a falta de uma identidade e de um reconhecimento para com a sua cor e os seus ancestrais. E neste momento chegam os imigrantes europeus. Com o objetivo de superar esses entraves, “era preciso seguir os passos da parte da humanidade branca, tida como mais civilizada, e, se fosse possível, importar um pouco da própria Europa através do incentivo à imigração” (VAINFAS, 2002, p. 142).

O estímulo à imigração europeia prejudicou a chance de os negros usufruírem da democracia, diminuindo, conseqüentemente a chance deles de participarem da política do País. A classe dominante, a teoria científica tenta internalizar no próprio negro e na sociedade através de teorias científicas da época que a raça branca é o modelo de perfeição e:

A utilização do imigrante europeu foi uma saída direcionada para a substituição do braço escravo nas regiões cafeeiras, não é menos verdade que em outras províncias, as expectativas teriam se voltado para a promoção do ‘progresso’ agrícola, social e cultural através da formação de núcleos coloniais (RODRIGUES, 1935, p. 394).

O branqueamento do País tem o objetivo de divulgar o Brasil onde não apresenta diferentes grupos raciais, e sim uma nação branca que pela miscigenação irá erradicar o negro da população, como se isto fosse um objetivo velado na sociedade como um todo. Essa política se consolida mediante a maneira pela qual o negro vem sendo mostrado ao longo da história, de forma estereotipada ou inferior.

A UNESCO patrocinou uma investigação sobre a democracia racial no Brasil após a Segunda Guerra mundial, ao mesmo tempo foram realizados congressos de



intelectuais e militantes antirracistas sobre o negro. Essas duas ações chegaram à conclusão de que existem preconceito e racismo no Brasil (CHALOUB. S. 1990).

O país participou da III Conferência Mundial de combate ao racismo e firmou compromisso mundial de acabar com essas práticas dentro do seu território, assumindo uma postura de negação do reconhecimento de uma democracia racial que o Brasil tinha, a disseminação de informações é responsabilidade dos livros didáticos, onde o negro é marginalizado na sociedade, pois a sua aparição vem da política do branqueamento. A representação da educação não consegue levar a percepção dos negros nos livros, pois eles não se percebem representados.

Na história do Brasil é possível constatar vários momentos em que foi negado aos negros o direito à educação, sistema educacional por muito tempo reproduziu um modelo de educação que não era nosso, o modelo eurocêntrico. No Decreto nº 7.031- A, foi estabelecido aos negros o período noturno para os estudos, decreto este que se tornou mais uma estratégia impedindo o acesso dos negros à escola (SANTANA e MORAES, 2010).

Questionava-se que condição o negro tinha para aprender depois de um dia exaustivo de trabalho e sem contar que com os pés descalços não poderiam assistir as aulas, mas que condições financeiras eles tinham para poder comprar calçados. As exigências revelavam a impossibilidade da aplicabilidade desse decreto depois de séculos de negação da cultura e das contribuições dos negros/as para o desenvolvimento do Brasil, e:

Em 9 de janeiro de 2003, foi aprovada a Lei 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-brasileira', e dá outras providências (BRASIL, 2004, [s/p]).

A lei 10.630/2003 implica em mudanças para educação, mudanças essas que dê primazia ao conceito afro-brasileiro e africano. Esta política pública contribui para o processo de formação de identidade e autoestima, tanto dos/as negros/as quanto dos/as não negros/as, uma vez que essa lei, não diz respeito apenas à população negra, mas a todos os brasileiros.



A Importância da Divulgação da Cultura Negra Além do dia 20 de novembro

A batalha pela consideração, decência e plenos direitos da cidadania para as pessoas negras no Brasil já tem um longo caminho histórica. Resguardar a memória é uma das formas de construir a história. É pela disputa dessa memória, dessa história que nos últimos anos se comemora no dia 20 de novembro, o “Dia da Consciência Negra”. Nessa data, em 1695, foi assassinado Zumbi, um dos últimos líderes do Quilombo dos Palmares, que se transformou em um grande ícone da resistência negra ao escravismo e da luta pela liberdade.

A cada ano que passa, essa data tem sido reconhecida e lembrada com mais intensidade; e não apenas no dia 20, mas durante todo o mês de novembro, acontecem, em todo o País, diversas celebrações, manifestações e momentos de resgate da história da cultura afro. Escolas, universidades, igrejas, comunidades, aos poucos começam a aderir a essa “nova consciência”, e novos espaços estão sendo abertos para uma reflexão afirmativa sobre esse tema.

A diversidade de formas de celebrações do 20 de novembro, também chamada de “Semana da Consciência Negra”, permite ter uma dimensão de como essa data tem propiciado congregar os mais diferentes grupos sociais. Nesse sentido, faz-se necessário que se conquiste o “Dia da Consciência Negra” como o dia nacional de todos os brasileiros e brasileiras que lutam por uma sociedade democrática e igualitária, unindo toda a classe trabalhadora num projeto de nação que contemple a diversidade engendrada no nosso processo histórico.

Em todos os grupos humanos, é possível observar a utilização de meios pedagógicos como formas de transmissão do saber, por meio dos quais os sujeitos compartilham conhecimentos, símbolos e valores. Em sociedades “modernas”, criou-se uma sistematização desse saber, nas quais mediante modelos formais e centralizados as informações são transmitidas. Acreditava-se que essa seria a forma viável de adquirir polidez e promover um desenvolvimento mais especializado.

Esse lócus de conhecimento foi denominado Escola, constituindo-se num sistema aberto que passou a fazer parte da superestrutura social formada por diversas instituições como: família, igreja, meios de comunicação. O sistema escolar é organizado para cumprir uma função social que, em geral, está de acordo com as demandas sociais.



Assim, a escola é lugar privilegiado para que se estabeleça um diálogo sério e respeitoso entre as distintas culturas presentes na sociedade. Enquanto tal diálogo não ocorrer, enquanto forem valorizados alguns grupos e classes e outros, a maioria, forem abafados, explorados, não conseguiremos construir a nação brasileira democrática e livre. Há que se buscar compreender o que é ser negro no Brasil, partindo do que se vê na escola. Daí a importância de abordar sobre cultura africana da no âmbito escolar. Com o propósito de respeitar as diferenças, sejam elas religiosas, culturais, étnicas ou raciais. Tal ação apresenta-se como fundamental para a construção de uma sociedade justa e igualitária. A diversidade étnico-racial é uma das grandes riquezas brasileiras e precisa ser preservada e valorizada.

É fato público e notório que a raça negra enfrenta dificuldades enormes para ter uma vida digna em nosso país, em que pese sua contribuição histórica para construção e o progresso do Brasil. O racismo, o preconceito e a discriminação contra os negros ainda são muito fortes, de modo que o próprio IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostra, de forma clara, que esta parcela da população brasileira é prejudicada no que se refere à inclusão nos direitos gerais da sociedade, em tese, garantidos, a todos, pela Constituição.

É sabido que o Brasil foi erguido a partir das forças do trabalho escravo. Mesmo com o 'fim da escravidão' os problemas do negro no país na acabaram. Os negros ainda hoje são discriminados, vive a maioria nas favelas, marginalizados, trabalham nos considerados piores empregos, a grande maioria são analfabetos ou semianalfabetos (OLIVEIRA, 2017, p.59).

Contudo é inegável a contribuição que os negros africanos deram para a nossa cultura, seja na língua, na dança, na culinária, na música etc. Assim, a necessidade de reconhecer o papel do negro na formação da cultura e das riquezas do Brasil se faz premente. Diante do exposto é conveniente realizar reflexões e discussões que promovam a conscientização dos alunos em relação à contribuição dos africanos para a cultura brasileira, levantando desta forma a sua autoestima e despertando o interesse em conhecer mais detalhadamente sobre esse povo.

A relevância do estudo de temas decorrentes da história e cultura afro-brasileira e africana não se restringe à população negra, ao contrário, diz respeito a todos os brasileiros, em uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio de uma sociedade multicultural e pluriétnica, capazes de construir uma nação democrática.



A Lei 10.639/2003

Na metade do século XX, o movimento social negro que buscava reconhecimento das matrizes africanas na formação da cultura brasileira, passa a expressar suas reivindicações através de pressão política. Na Convenção Nacional do negro realizada no Rio de Janeiro e em São Paulo, intelectuais e ativistas afrodescendentes, lançaram medidas afirmativas a favor do legado da população negra, através, nasce à necessidade de se legitimar uma Lei que torne obrigatório o estudo das raízes africanas. Esta inclusão nos currículos da educação básica:

Amplia o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. Mostraremos que este momento é de relevância não apenas para a população negra, mas também a todos os brasileiros, uma vez que devem educar-se enquanto cidadãos atuantes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica, sendo capazes de construir uma nação democrática (BORGES, 2017, p. 18).

Esta inclusão refere-se a um momento em que a educação brasileira procura resgatar e estimar devidamente a história e a cultura do povo afrodescendente e indígena, procurando assim minimizar os prejuízos, que se ecoavam muitos séculos, à sua identidade e a seus direitos. A sociedade excluída privilegia as culturas oficiais e valores do cotidiano e renega suas origens e valores. Para os valores europeus os rituais pedagógicos estão acima dos outros grupos étnico-raciais.

O movimento negro aponta a importância de direcionar projetos que valorizem a história e cultura dos afro-brasileiros comprometendo de forma positiva as relações étnico-raciais, valorizando a cultura e autonomia dos indivíduos. Os espaços educativos contribuíram na valorização das diversidades culturais do nosso país, modificando a visão dos conteúdos estudados em sala de aula.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram criados com o objetivo de reconhecer, valorizar, divulgar e respeitar a história de resistência dos negros africanos escravizados no Brasil e:

A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica é um momento histórico que objetiva não apenas mudar um foco etnocêntrico, marcadamente de raiz europeia para um africano, mas sim ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira (BORGES, 2017, p. 72).



A Lei 10.639/2003 coloca a sociedade diante da responsabilidade de assumir a história do povo africano estabelecendo a obrigatoriedade em todas as redes de ensino, público e particular o estudo da temática “história e cultura afro-brasileira” na educação nacional, determinando uma revisão do currículo, adequando as novas exigências e:

Quando se pensou em criar uma lei que garantisse a preservação da cultura afro-brasileira, por meio do ensino obrigatório nos estabelecimentos oficiais de educação básica, não houve um esforço mais amplo em relação à preparação técnica do Professor, para lidar com essa problemática, nem muito menos com suas variáveis (CÉLIA DA SILVA, 2001, p. 66).

É preciso começar a preparar os professores para entenderem a verdadeira história povo negro e escravizados e sua grande contribuição no processo de construção de nosso País, os projetos pedagógicos devem ser muito bem estudados e executados, assim estes docentes estarão aptos para incorporarem em suas salas de aulas estudos da cultura afro, pois muito deles não estão preparados para lecionarem a respeito da cultura africana. Cabe aos sistemas de ensino em geral:

Ampliar, criar projetos, ações e implementar currículos voltados para educação racial e investir na formação continuada dos seus professores. O trabalho da escola, e empenho dos profissionais da educação é de extrema importância para que possa colocar em prática a Lei (SILVA et. al. 2012, p. 29).

O Ministério da Educação (MEC) lançou nestes últimos anos, livros e conteúdos voltados para pesquisadores, professores e estudantes a fim de estudos que auxiliem na disseminação das informações da cultura negra e da Lei 10.693. Passaram alguns anos, após a promulgação dessa lei e ainda permanece o desafio das escolas, professores, livros didáticos de colocá-la em prática de maneira eficaz e correta, desprezando totalmente ideias e atitudes racistas que venham a prejudicar a imagem do negro na nossa sociedade.

A Base Nacional Comum Curricular (*BNCC*) e o ensino sobre História da África e cultura afro-brasileira e africana

Na prática pedagógica dos professores no cotidiano, em sala de aula, é comum alguns alunos ter a ideia que o ensino de História pressupõe meramente uma disciplina que somente serve para memorização de fatos e acontecimentos que não se conectam com a visão de mundo e, enfim, a visão que se tem do mundo. Esta



ideia possibilita que o ensino de História em algumas redes de ensino esteja distante da realidade dos alunos estes, não se identificam com o conteúdo sugerido pelo professor. Uma vez que a resistência no ensino pode ser um fator presente, por sua vez, acarreta uma dualidade do conteúdo proposto pelo professor e da assimilação dele, pelos alunos.

Diante dessas circunstâncias, as discussões sobre o ensino de História possibilita uma reflexão da situação da realidade de muitas redes de ensino em relação a não identificação dos alunos com os conteúdos ministrados pelos professores no dia a dia, em sala de aula, deste modo, causaram em algumas situações no ambiente de ensino problemas de diálogos entre o professor e aluno, afetando o processo ensino e aprendizagem deste última e, conseqüentemente, a apreensão do conhecimento, pois, para o mesmo, este ensino não tinha utilidade.

Do mesmo modo, a suposta 'inutilidade' da História, partilhada em alguma medida por alunos e professores, tem aberto precedentes para que o seu lugar nos currículos escolares venha a ser constantemente questionados. De tal modo, entre a década de 80 e 90 o ensino de História começou a ganhar mais notoriedade das correntes historiográficas, tanto na Academia quanto nas reformas curriculares, que colocaram em evidência novos temas e novos objetos para o conhecimento histórico.

Igualmente, os conteúdos começaram a se adaptar, dando outros contornos tanto no ponto de vista do contexto das relações sociais existentes no cotidiano e quanto nas dimensões socioculturais, presentes no imaginário coletivo, e, principalmente, na vida privada dos sujeitos. Diante deste cenário, o ensino de História em especial, a luta pelo seu reconhecimento da disciplina foi um processo de altos e baixos, pois:

A História não é uma memória atávica ou uma tradição coletiva. É o que aprendemos de nossos professores, de autores de livros didáticos de história e dos editores de artigos em revistas e programas de televisão. É muito importante que os historiadores lembrem-se da responsabilidade que eles têm e que consiste, antes de tudo, manter-se aparte das paixões da política ainda que as compartilhem. Afinal, também somos seres humanos (HOBSBAWM, 2008, p. 38).

A disciplina de História fomenta em uma área do conhecimento que caracteriza de uma reflexão temporal e espacial e, conseqüentemente, uma análise do contexto humano das relações sociais. A importância dessa reflexão e porventura



a análise possibilita que os (as) professores (as) de História atentem a compreender durante as suas práticas, práxis e ações pedagógicas uma melhor assimilação do fato histórico do passado, seja nas memórias, nas fontes documentais, nas narrativas, nas interpretações dos fatos históricos e, conseqüentemente, particulares sobre as realidades históricas. Ao mesmo tempo em que é necessário quebrar o paradigma de que a História é a ciência que estuda apenas fatos passados, personagens heroicos, datas, utilizando como método central a memorização.

É importante o professor levar aos alunos a desenvolver e estimular o conhecimento instigando e intrigando seu pensamento complexo a fim de levá-los a compreensão da realidade para intervir nela e transformá-la e, por conseguinte, os mesmos, possam diferenciar o sentido e o papel das diferentes fontes de conhecimento. As proposições da LDB, reafirmadas na Resolução n. 1/99 do CNE, indicaram um novo momento nas perspectivas sobre a formação de professores, tanto na estrutura curricular, como na articulação formativa dos currículos e ainda na preocupação com a qualificação dos formadores de formadores, dos professores da Educação Básica.

Além disso, para as Universidades, a formação científica sempre foi uma exigência, concretizada por meio das pesquisas propostas nos currículos de formação docente. De tal modo é que tem abertura a luta de completo o conjunto de educadores para substituir a Lei nº 5.540/68, que meditava a respeito da Reforma Universitária, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de número 5.692/71. Sobre o tema tratado:

Todos os setores sociais, da direita à esquerda, das instâncias do MEC aos organismos representativos da sociedade civil e política, participaram do processo de elaboração da LDB da Câmara, de 1988 a 1993, através de audiências públicas, seminários temáticos e negociações políticas. (MURANAKA e MINTO 1998, p. 74).

Conforme a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de nº 9.394, sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 20 de dezembro de 1996. Estabeleceu-se como instrumento legal de gerenciamento do sistema educacional brasileiro. Doravante, por outro lado, a execução da nova LDB atende basicamente aos interesses da sociedade internacional. De fato, deixa evidente o favorecimento dos países mais abastecidos economicamente e politicamente. Em consequência, alterou e de certo modo, afetou a educação brasileira, constituindo



uma insatisfação entre os profissionais de educação em especial, os profissionais de História, no exato momento da consolidação do currículo, pois:

Estamos assistindo a uma retomada da centralização da educação que alija da discussão os seus principais sujeitos: alunos (as) e professor (a) es novamente vistos como objetos incapacitados de construir sua história e de fazer, em cada momento de sua vida escolar, seu próprio saber (BITTENCOURT, 2004, p. 40).

Na atualidade, a atuação pedagógica dos professores de História no contexto escolar tem sido seriamente criticada pelo fato dessas práticas não atenderem aos pressupostos referenciados na LDB. Na verdade, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), implantado em todo território nacional fomentou como uma espécie de revisão do ensino fundamental e médio, a fim de suscitar novos olhares, perspectivas e, conseqüentemente, novas discussões e reformulações sobre o ensino.

No ponto de vista do ensino de História, os referenciais curriculares influenciaram e promoveram implementações positivas e necessárias em relação à grade curricular, a práxis e a prática pedagógica dos (as) professores (as) das redes ou instituições de ensino. Partindo desse princípio, os referenciais curriculares ajudaram gradualmente em associar e incorporar uma ação mais motivadora e, conseqüentemente, possibilitou condições para produção e profusão do conhecimento.

Uma prova disso, a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular – BNCC em sua primeira intenção, implantado em todos Estados da Federação, questionou em um ambiente para discussões a respeito das realidades regionais, ocasionando um veículo de profusão e ao mesmo tempo, um meio pelo qual, questões como gênero, classe e raça apareceram de uma forma menos paragramática.

Em particular, a partir dessas observações, apesar de todo cuidado em priorizar os conteúdos relativos à História da África e dos povos indígenas na América na BNCC, pressupõe ocasionar uma dualidade destes conteúdos teóricos como o prático. Tal perspectiva nos aponta a ausência de protagonismo. Outro aspecto a considerar é que:

Essas lógicas não são meros recipientes de conteúdos, mas atribuem significados ao processo histórico, pelos mecanismos de funcionamento do currículo oculto. Por exemplo, posso ensinar o valor da cultura nacional



através de músicas, mas se todas elas forem cantadas em inglês, transmite-se implicitamente um sentido de valorização de uma cultura estrangeira, embora tudo o que eu digo vá no sentido contrário. Da mesma forma, posso afirmar à exaustão que o importante não é a memorização, mas a compreensão dos conteúdos históricos. Porém, se a lógica de seleção e articulação dos conteúdos históricos for linear e tradicional, querendo ensinar um pouco de tudo o que há para saber sobre o passado, mesmo não tendo significado nenhum para o alunado, apenas porque é difusamente reconhecido como 'importante', acabo transmitindo uma ideia de conhecimento histórico contrária àquela que enuncio explicitamente. Ainda nesse mesmo raciocínio, não é a inclusão de elementos de História da China que torna a 'História da Civilização' vacinada contra o euro-centrismo (CERRI, 2009, p.144).

Os fundamentos expressos no currículo oficial para o ensino de História hoje, infelizmente, continuam sobre um mundo social que não existe mais. Justamente, o que podemos perceber que a primeira versão da BNCC comparada como a nova versão da BNCC caracteriza o não protagonismo relativo à História da África e dos povos indígenas. Nesse sentido, o currículo de História é centrado numa perspectiva do padrão europeu apesar de tentativas de torná-los e transformá-los em pluriculturais.

Considerações Finais

Ao final de toda a pesquisa pode-se abordar que ao investigar a figura dos negros como agente ativo reconhece a diversidade cultural bem como valorização dele, sua cultura e história. Ao citar o negro como agente ativo e as relações étnico-raciais especificando representações e significados da figura do negro pode-se afirmar que ao mesmo tempo em que adota uma disciplina chamada de Estudos Afro com o objetivo de valorização do povo negro, escolhe para suas escolas livros como os outros, onde o negro sequer aparece e quando isto acontece é de maneira tendenciosa e manipulada.

Faz-se necessário debates, discussões para promover uma educação que aborde as questões de pluralidade cultural, buscando uma escola mais democrática, reconhecendo as diferenças culturais de cada um. Nesse sentido, é necessária a adoção de aulas de história crítica e reflexiva que abordem e destaquem a importância do negro para a formação da cultura brasileira salientando sua grande influência e participação na cultura e formação do país. É de extrema relevância ainda uma atenção especial ao livro didático que chega à escola e à formação do professor, como mediador do saber e principalmente como formador de cidadãos.



Com relação a discussão sobre o papel da escola na desconstrução do preconceito e reflexão sobre a *BNCC* e o ensino sobre História da África e *Cultura Afro-Brasileira* e Africana reconhecendo o papel da escola na desconstrução do preconceito não obstante das propostas muito bem oferecidas nos temas de Pluralidade Cultural e Temas Éticos, presentes nos PCN'S e na *BNCC*, é ampla a expectativa de que muitos docentes não consagrem o que está sendo sugerido. Pois na maioria das vezes esses mesmos docentes, que são responsáveis pelo desenvolvimento de cidadãos críticos, foram vítimas de uma educação preconceituosa e não ganharam instruções adequadas para trabalhar em sala de aula a diversidade cultural, bem como a discriminação racial.

A educação do Brasil foi ajustada numa composição que não considerava todo brasileiro, pois a maior parte da população enxergava-se na maneira contrária a que queria ser vista. Negro ou afrodescendente apresentava a sua parcela como um ser escravizado que desempenhava o trabalho puxado, e perdia a configuração de suas contribuições para o desenvolvimento do estado brasileiro em todos os aspectos.

Ao final desta pesquisa conclui-se que se faz necessária sensibilização a população a reconhecer as heranças deixadas pelos negros. O Brasil é um país maravilhoso de uma grande diversidade cultural e com um amontoado histórico escondido por trás de falsas crenças, preconceitos e racismos. A diversidade étnica, racial e cultural e a pluralidade de ideias, costumes e fé, formam o nosso grande patrimônio e devem se constituir, cada vez mais, como nossa grande riqueza. As pessoas sabem da importância dos negros no processo de formação da identidade brasileira.

O modo mais eficaz para minimizar e porque não dizer desenraizar à desigualdade é a reconstrução da história da população negra brasileira a partir do rompimento de barreiras e da quebra de estigmas e estereótipos. Também é fundamental, defender a ideia de um fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas, fornecendo a educadores e agentes sociais novas referências apresentando que o sucesso, a qualidade de vida e as vitórias estão em qualquer lugar contribuindo assim para, a afirmação da autoestima brasileira, abordando a história e cultura de maneira diferenciada do enfoque tradicional, trazendo à luz a vida deste segmento formador da cultura a partir de um ponto de vista afirmativo.



REFERÊNCIAS

- BITTENCOURT, C. (org.). **O saber histórico na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.
- BORGES, E. M. F. **A Inclusão da História e da Cultura Afro-brasileira e Indígena nos Currículos da Educação Básica**. Vassouras: Contexto, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004.
- CERRI, L. F. **Recortes e organizações de conteúdos históricos para a educação básica**. Antíteses, vol. 2, n. 3, jan.-jun. de 2009.
- CÉLIA DASILVA, A. **Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático**. Salvador. EDUFBA, 2001.
- CHALOUB. S. **Visões da liberdade**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- HOBSBAWM, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- LUNA, F. V; KLEIN, H. S. **Escravidão no Brasil**. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- MATTOSO, K. Q. **Ser escravo no Brasil**. Pref. C. F. Cardoso. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MATTOS, R. A. **História e Cultura Afro-brasileira**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- MURANAKA, M. A. S.; MINTO, C. A. **Da Educação Superior na LDB: uma análise**. Universidade e Sociedade, n. 15, 1998.
- OLIVEIRA, F. **A cor do medo: homicídios e relações raciais no Brasil**. Brasília: UNB; Goiânia: Editora da UFG, 2017.
- PINSKY, J. **A Escravidão no Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Contexto, 1993.
- REDIKER, M. **O Navio Negro**. Ed. Companhia das Letras 2011.
- RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.
- SANTANA, J. V. J; MORAES, J. O. **História do negro na educação: indagações sobre currículo e diversidade cultural**. Estud. Econ. vol.40 no.2 São Paulo June 2010.
- SILVA, A. S. da et al. **Comunidade negra: desafios atuais e perspectivas**. São Paulo: Loyola, 2012.
- SOUZA, M. M. **África e Brasil Africano**. Ática: São Paulo: 2008.
- VAINFAS, R. **Micro história. Os protagonistas anônimos da história**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.



III Seminário Nacional de Sociologia - Distopias dos Extremos: Sociologias Necessárias
08 a 16 de Outubro de 2020 - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe